

PORTARIA N.º 117/2018 – COOHA/DG

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais que são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei n.º 9.503/1997, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução n.º 168, de 14 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran);

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução n.º 730, de 06 de março de 2018, do Contran;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a modalidade de ensino a distância (EAD) para cursos de reciclagem voltados a condutores penalizados com a suspensão do direito de dirigir e/ou cassação do documento de habilitação, e para curso preventivo nos termos do §5º do art. 261 do CTB.

Art. 2º O condutor penalizado com Suspensão do Direito de Dirigir ou Cassação do Documento de Habilitação deverá solicitar serviço de recolhimento de CNH junto à Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) ou ao Centro de Formação de Condutores (CFC) no sentido de admissibilidade do processo.

Parágrafo único. Ficam dispensados do previsto no caput os condutores que busquem a realização do curso preventivo de reciclagem, devendo estes consultarem no sítio eletrônico do Detran/PR a possibilidade de admissão para cursos dessa natureza.

Art. 3º A homologação, aprovação do projeto político pedagógico, projeto tecnológico e de infraestrutura digital, auditoria e fiscalização, bem como os procedimentos para instauração de processo administrativo e aplicação de infrações e penalidades dos produtos e empresas/instituições de ensino voltadas aos fins desta Norma serão realizadas pelo Denatran, conforme previsão expressa da Resolução n.º 730/2018 do Contran.



Art. 4º. As empresas/instituições de ensino que possuam interesse em ofertar o serviço de curso de reciclagem na modalidade EAD deverão se manifestar formalmente ao Detran/PR para esse fim, apresentando requerimento específico indicando nome, e-mail e telefone para contato do responsável para as tratativas, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Portaria de homologação junto ao Denatran sob as regras da Resolução n.º 730/2018 do Contran;

II – Cartão do CNPJ da empresa/instituição de ensino;

Parágrafo único. No caso de empresa já devidamente homologada para realização de curso de reciclagem na modalidade EAD sob o regramento disciplinado pela Resolução n.º 168/2004 do Contran, ao invés do documento previsto no inciso I do caput deverá ser apresentada a portaria que homologou a realização de curso de reciclagem em modalidade EAD junto ao Denatran, acompanhado do protocolo de intenção para adequação à Resolução n.º 730/2018 do Contran, conforme art. 28 da referida norma.

Art. 5º Após a manifestação expressa da empresa/instituição de ensino, será disponibilizado pelo Detran/PR ao responsável indicado no requerimento, o documento de integração de sistemas entre as instituições.

Art. 6º Toda a comunicação para admissibilidade do curso, bem como a certificação para realização de exame teórico presencial exclusivamente na forma eletrônica (prova eletrônica para curso de reciclagem) para o aluno/conductor deverão ser realizadas via transações sistêmicas.

Art. 7º Concluído o curso e realizada a certificação do aluno/conductor pela empresa/instituição de ensino, é obrigatória a realização de prova eletrônica para curso de reciclagem com duração de 50 minutos, composta por 30 questões de múltipla escolha tal qual a prova eletrônica para exame teórico voltado a primeira habilitação, porém com o conteúdo próprio previsto em norma específica.

Art. 8º A prova eletrônica poderá ser realizada em qualquer uma das Ciretran, desde que haja vaga disponível para sua realização.

Art. 9º A prova eletrônica para reciclagem terá como base a taxa codificada pela numeração 5.01.00-0 conforme a Lei Estadual n.º 11.019/1994 alterada pela Lei Estadual n.º 16.943/2011, devidamente reajustadas pelo IPCA, quando realizada nas Cireran.

Art. 10 O aproveitamento mínimo na prova eletrônica para curso de reciclagem será de 70% de acertos para aprovação.

Art. 11 O aluno/condutor reprovado uma primeira vez poderá realizar nova avaliação após 5 (cinco) dias e, se reprovado pela 2ª vez deverá matricular-se para um novo curso, frequentando-o integralmente.

Art.12 Caso ainda não consiga resultado satisfatório, a modalidade do novo curso a ser matriculado deve ser obrigatoriamente presencial, viabilizando atendimento individualizado a fim de superar suas dificuldades, conforme previsto na Resolução n.º 168/2004 e suas alterações.

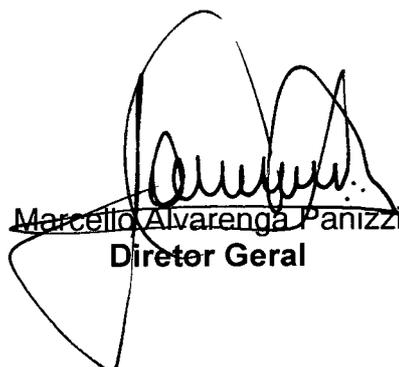
Art. 13 É permitida a troca de modalidade de realização do curso de reciclagem entre EAD e presencial, mas não haverá aproveitamento de disciplinas ou carga horária realizada.

Art.14 Fica a Coordenadoria de Habilitação responsável pela gestão da atividade em conjunto com a Coordenadoria de Gestão de Serviços – Agentes Externos e Coordenadoria de Gestão de Informação, no que lhes couber.

Art.15 Casos omissos serão analisados e solucionados pela Coordenadoria de Habilitação.

Art. 16 Fica revogada a Portaria n.º 057/2018 COOHA/DG.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2018.



Marcello Alvarenga Panizzi
Diretor Geral

Curitiba, 14 de agosto de 2018.